



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Advogado

CÓDIGO DA PROVA

S01 T

Verifique se o código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas. De acordo com o edital, o candidato que fizer prova com código diferente será eliminado.

TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE DE W.A. PETERSON PARA EXAME GRAFOTÉCNICO

“A transformação pessoal requer substituição de velhos hábitos por novos.”

ATENÇÃO:

Duração da prova: 4 horas e 30 minutos.

Este caderno contém 60 questões de múltipla escolha, cada uma com 5 alternativas de resposta – A, B, C, D e E – conforme disposição abaixo e Prova Dissertativa.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
Área de Conhecimentos Gerais - Língua Portuguesa - Geografia, História Política e Economia de Mato Grosso - Princípio de Ética e Filosofia	8 4 3	2
Área de Conhecimentos Complementares - Noções de Administração Pública - Legislação: Constituição do Estado de Mato Grosso, Leis Complementares Estaduais e suas atualizações.	20	1
Área de Conhecimentos Específicos	25	2

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

Reserve os 30 minutos finais para marcar seu cartão de respostas.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio. Não haverá substituição do Cartão de Respostas e/ou da Folha de Resposta da Prova Dissertativa por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova; Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões; O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado e a Folha de Resposta da Prova Dissertativa. Não se esqueça dos seus pertences.

A Prova Dissertativa deverá ser desenvolvida na Folha de Resposta, personalizada e desidentificada pelo candidato, que deverá destacar o canhoto que contém seus dados cadastrais. A Folha de Resposta da Prova Dissertativa é o único documento válido para a correção.

O preenchimento da Folha de Resposta da Prova Dissertativa será de sua inteira responsabilidade.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas e a Folha de Resposta da Prova Dissertativa.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

Texto para responder às questões.

TE

De todas as coisas pequenas, estava ali a menor de todas que eu já tinha visto. Não porque ela sofresse dessas severas desnutrições africanas – embora passasse fome –, mas pelo que eu saberia dela depois.

Teria uns 4 anos de idade, estava inteiramente nua e suja, o nariz catarrento, o cabelo desgrenhado numa massa disforme, liso e sujo. Chorava alto, sentada no chão da sala escura. A casa de taipa tinha três cômodos pequenos. Isso que chamei de sala não passava de um espaço de 2 m por 2 m, sem janelas. Apenas a porta, aberta na parte de cima, jogava alguma luz no ambiente de teto baixo e chão batido.

Isso aconteceu na semana passada, num distrito de Sertânia, cidade a 350 km de Recife, no sertão de Pernambuco. A mãe e os outros seis filhos ficaram na porta a nos espreitar, os visitantes estranhos. O marido, carregador de estreme, ganhava R\$ 20 por semana, o que somava R\$ 80 por mês. Essa a renda do casal analfabeto. Nenhum dos sete filhos frequentava a escola. Não havia água encanada. Compravam a R\$ 4 o tambor de 24 litros. O choro da menina seguia atrapalhando a conversa.

– Ei, por que você está chorando? perguntei, enfiando a cabeça no vão da porta. A menina não ouviu, largada no chão.

– Ei! Vem cá, eu vou te dar um presente – repeti. Ela olhou para mim pela primeira vez. Mas não se mexeu, ainda chorando.

– Como é o nome dela? – perguntei à mulher.

– Agente chama ela de Te – disse, banguela.

– Te? Mas qual o nome dela? – insisti.

– A gente chama ela de Te, que ela ainda não foi batizada não.

– Como assim? Ela não tem nome? Não foi registrada no cartório?

– Não, porque eu ainda não fui atrás de fazer.

Te. Olhei de novo para a menina. Era a menor coisa do mundo, uma pessoa sem nome. Um nada. “Te” era antes da sílaba – era apenas um fonema, um murmúrio, um gemido. Entendi o choro, o soluço, o grito ininterrupto no meio da sala. A falta de nome impressionava mais do que a falta de todo o resto.

Te chorava de uma dor, de uma falta avassaladora. Só podia ser. Chorava de solidão, dessa solidão dos abandonados, dos que não contam para nada, dos que mal existem. Ela era o resultado concreto das políticas civilizadas (as econômicas, as sociais) e de todo o nosso comportamento animal: o de ir fazendo sexo e filhos como os bichos egoístas que somos, enfim.

Era como se aquele agrupamento humano (uma família?) vivesse num estágio qualquer pré-linguagem, em que nomear as coisas e as pessoas pouco importava. Rousseau diz que o homem pré-histórico não precisava falar para se alimentar. Não foi por causa da comida que surgiu a linguagem. “O fruto não desaparece de nossas mãos”, explica. Por isso não era necessário denominá-lo.

As primeiras palavras foram pronunciadas para exprimir o que não vemos, os sentimentos, as paixões, o amor, o ódio, a raiva, a comiseração. “Só chamamos as coisas por seus verdadeiros nomes quando as vemos em suas formas verdadeiras.” Só quando Te viu a coisa na minha mão se calou.

– Ei, Te, olha o que eu tenho para te dar!

Ela virou-se na minha direção. Fez-se um silêncio na sala. Era uma bala enrolada num papel verde, com letras vermelhas. Então ela se levantou, veio até a porta e pegou o doce, voltou para o mesmo lugar e recomeçou seu lamento.

Nem a bala serviu de consolo. Era tudo amargura. Só restava chorar, chorar e chorar por essa morte em vida, por essa falta de nome, essa desolação.

FELINTO, Marilene. *Te*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30 jan. 2001. Brasil, Cotidiano, p. C2.

Questão 01

Sobre o texto leia as afirmativas a seguir.

- I. A autora denuncia o resultado de políticas civilizadoras, que, na realidade, criam formas não civilizadas de convivência.
- II. A pequenez da menina era provocada pela severa desnutrição, só comparada à fome africana, pela qual passava.
- III. Para a ficcionista, a linguagem é instrumento de construção de identidade emocional.
- IV. Além de retratar a situação de pessoas que existem fisicamente e ao mesmo tempo oficialmente não, mostram-se momentos de afetos os mais diversos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) I, II e III.
- B) I e III.
- C) I e II.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

Questão 02

O desenvolvimento do tema da narrativa é atravessado pela experiência tanto coletiva quanto particular do narrador. Essa característica particular, no texto de Marilene Felinto, é irrefutável em:

- A) “Nenhum dos sete filhos frequentava a escola.”
- B) “Rousseau diz que o homem pré-histórico não precisava falar para se alimentar.”
- C) “De todas as coisas pequenas, estava ali a menor de todas que eu já tinha visto”.
- D) “Apenas a porta, aberta na parte de cima, jogava alguma luz no ambiente de teto baixo e chão batido.”
- E) “A falta de nome impressionava mais do que a falta de todo o resto.”

Questão 03

Sobre os elementos destacados do fragmento “Não porque ela sofresse dessas severas desnutrições africanas – embora passasse fome –, mas pelo que eu saberia dela depois.”, leia as afirmativas.

- I. A oração entre travessões – EMBORA PASSASSE FOME – possui valor concessivo.
- II. O modo das formas verbais SOFRESSE e PASSASSE é determinado sobretudo pelas relações que se verificam entre o conteúdo das orações.
- III. A palavra QUE é uma conjunção integrante.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) I e III.
- E) II.

Questão 04

Sobre a oração destacada em “As primeiras palavras foram pronunciadas para exprimir o QUE NÃO VEMOS” é correto afirmar que:

- A) utiliza a conjunção adverbial para concretizar a ideia de consequência.
- B) a unidade oracional relaciona orações independentes para formar um sintagma adverbial.
- C) ocorre no texto sob a forma de um sintagma adjetivo e constitui uma oração adjetiva.
- D) corresponde a um sintagma adverbial em que a conjunção inicia a oração.
- E) estabelece combinações para expressar um ato discursivo com idêntico valor semântico ao da primeira oração.

Questão 05

Pode-se identificar o uso conotativo da linguagem em:

- A) “Isso aconteceu na semana passada, num distrito de Sertânia”.
- B) “Não foi registrada no cartório?”.
- C) “Nenhum dos sete filhos frequentava a escola.”
- D) “Era uma bala enrolada num papel verde, com letras vermelhas”.
- E) “Era tudo amargura.”

Questão 06

A palavra, em destaque, empregado para fazer referência a elemento que se encontra fora do texto é:

- A) “ISSO aconteceu na semana passada”.
- B) “Por isso não era necessário denominá-LO.”
- C) “De todas as coisas pequenas, estava ALI a menor de todas.”
- D) “Não foi por causa da comida QUE surgiu a linguagem.”
- E) “ELA não tem nome?”.

Questão 07

Assinale a alternativa em que, obedecendo-se, ao uso e à colocação adequada, substituiu-se, sem perder o sentido original, corretamente por um pronome oblíquo, o equívoco cometido pela personagem em “–Agente chama ela de Te”.

- A) –Agente a chama de Te.
- B) –Agente chama-te de Te.
- C) –Agente lhe chama de Te.
- D) –Agente vos chama de Te.
- E) –Agente chama-lhe de Te.

Questão 08

Sintaticamente, o segmento destacado está corretamente analisado em:

- A) “Não havia ÁGUA ENCANADA.”/ sujeito
- B) “O marido, CARREGADOR DE ESTRUME, ganhava R\$ 20 por semana.”/ vocativo
- C) “Era UMA BALA enrolada num papel verde, com letras vermelhas.”/ objeto direto
- D) “Teria uns 4 anos de idade, estava inteiramente NUA e SUJA.”/ predicativo do sujeito
- E) “Olhei DE NOVO para a menina.”/ adjunto adnominal

Geografia, História Política e Economia de Mato Grosso**Questão 09**

O Estado do Mato Grosso é reconhecido nacionalmente como um importante produtor agrícola, sendo que a soja e o milho, nas últimas décadas, possuem grande destaque. Todavia, outras culturas, permanentes ou temporárias possuem elevada produção no estado. Assinale a alternativa que apresenta a cultura temporária que, no último ano com dados divulgados (2015) possuiu a maior área colhida.

- A) Girassol
- B) Feijão
- C) Mamona
- D) Amendoim
- E) Algodão

Questão 10

Entre os políticos a seguir, assinale o que foi o primeiro governador a ter dois mandatos consecutivos por partidos diferentes.

- A) Blairo Borges Maggi
- B) Pedro Pedrossian
- C) Dante Martins de Oliveira
- D) Silval da Cunha Barbosa
- E) Jaime Veríssimo de Campos

Questão 11

A Rusga destaca-se como um importante episódio da história de Mato Grosso, sendo reflexo de acontecimentos e disputas nacionais. A polarização foi uma marca da disputa pelo poder que colocou frente a frente as denominadas “Sociedade dos Zelosos da Independência” e “Sociedade Filantrópica”. Entre as alternativas a seguir, assinale a que mais se relaciona com a composição da denominada Sociedade Filantrópica.

- A) Formada principalmente por bolivianos de língua espanhola.
- B) Liderada por brancos pobres e negros libertos com ideias liberais.
- C) Aliados ao Regente Feijó contra o governo do Mato Grosso.
- D) Composta por muitos portugueses que defendiam o *status quo*.
- E) Agregava liberais e conservadores contra D. Pedro I.

Questão 12

O Brasil é um país com grande extensão territorial que determina diferenças entre os horários das unidades da federação. Sendo assim, não considerando o período do horário de verão, quando for cinco horas da tarde (17:00) no Mato Grosso será, respectivamente, os seguintes horários no Distrito Federal, Pará e Rondônia:

- A) 16:00; 17:00 e 18:00.
- B) 16:00; 16:00 e 17:00.
- C) 17:00; 18:00 e 16:00.
- D) 18:00; 18:00 e 17:00.
- E) 18:00; 17:00 e 16:00.

Princípio de Ética e Filosofia

Questão 13

O filósofo considerado pai da “filosofia grega”, afirmando que a água seria o elemento primordial (a arché) de tudo o que existe, denomina-se:

- A) Descartes.
- B) Platão.
- C) Anaxímenes de Mileto.
- D) Sócrates.
- E) Tales de Mileto.

Questão 14

Filósofo grego e discípulo de Sócrates, Platão deixou Atenas depois da condenação e morte de seu mestre, sendo responsável por inúmeras obras, destacando-se:

- A) A crítica da filosofia do direito de Hegel publicada postumamente.
- B) A miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria de Proudhon (1847).
- C) Crítica da economia política (1859).
- D) A sagrada família (1845) colaboração com Engels.
- E) Hippias Maior (o que é o belo?); Eutifron (o que é a piedade?); Menon (o que é a virtude?).

Questão 15

Corrente filosófica que enfatiza o papel da razão como fundamento do modo de conhecer a realidade. Nesta perspectiva, a razão vai possibilitar a apreensão e a justificação do conhecimento sem o recurso sensorial interferindo no processo do conhecimento. Tal conceito refere-se à(ao):

- A) Fenomenismo.
- B) Racionalismo.
- C) Dogmatismo.
- D) Empirismo.
- E) Ceticismo.

ÁREA DE CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Noções de Administração Pública

Questão 16

De acordo com a Lei nº 8.492/1992, em relação taxativa, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições. Nesse sentido, algumas das ações a seguir listadas traduzem atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública. Observe as situações a seguir.

- I. Praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.
- II. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- III. Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

A alternativa que contém as situações que se enquadram na condição apresentada no enunciado é:

- A) I e III, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I, II e III.

Questão 17

Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida pela Lei nº 10.520/2002. Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Assinale a alternativa que contém uma regra relativa à fase externa do pregão.

- A) A equipe de apoio deverá ser composta em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.
- B) A autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio.
- C) A convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local.
- D) A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.
- E) A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação e os critérios de aceitação das propostas.

Questão 18

De acordo com a Lei de Licitações, o Projeto Básico constitui o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução. Analise os aspectos apresentados.

- I. Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza.
- II. Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a maximizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem.
- III. Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução.

É(são) elemento(s) constitutivo(s) do projeto básico:

- A) I, apenas.
- B) I, II e III.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II, apenas.

Questão 19

A Lei nº 12.527/2011 dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações, assegurando o direito fundamental de acesso por parte dos cidadãos. Nesse sentido, com relação aos procedimentos a serem observados para o acesso à informação, analise as assertivas apresentadas.

- I. Utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.
- II. Fomento ao desenvolvimento da cultura de inteligência na administração pública.
- III. Observância da publicidade como exceção e do sigilo como preceito geral.

Corresponde(m) às diretrizes que orientam os procedimentos enunciados:

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II, apenas.
- E) I e III, apenas.

Questão 20

A Lei nº 1.079/1950 estabelece que são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados. Assim, com relação aos crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos poderes legislativo e judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados, analise as assertivas apresentadas.

- I. Permitir o Presidente da República, durante as sessões legislativas e sem autorização do Congresso Nacional, que forças estrangeiras transitem pelo território do país, ou, por motivo de guerra, nele permaneçam temporariamente.
- II. Intervir em negócios peculiares aos Estados ou aos Municípios com desobediência às normas constitucionais.
- III. Permitir que força estrangeira transite pelo território do país ou nele permaneça quando a isso se oponha o Congresso Nacional.

Corresponde(m) aos crimes citados no enunciado:

- A) II e III, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I, apenas.
- D) II, apenas.
- E) I, II e III.

Questão 21

Constituem crimes de responsabilidade dos governadores dos Estados ou dos seus Secretários, quando por eles praticados, os atos definidos como crimes na Lei nº 1.079/1950. Assim, com relação à denúncia, à acusação e ao julgamento dos crimes de responsabilidade dos governadores dos Estados ou dos seus Secretários, analise as afirmativas.

- I. É permitido a todo cidadão denunciar o Governador perante a Assembleia Legislativa, por crime de responsabilidade.
- II. Apresentada a denúncia e julgada objeto de deliberação, se a Assembleia Legislativa por maioria absoluta, decretar a procedência da acusação, será o Governador imediatamente suspenso de suas funções.
- III. Não será recebida a denúncia depois que o Governador, por qualquer motivo, houver deixado definitivamente o cargo.

Está correto o que se afirma em:

- A) II e III, apenas.
- B) I, II e III.
- C) I, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II, apenas.

Questão 22

Com relação aos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, o ato de exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, constitui o tipo penal denominado:

- A) concussão.
- B) descaminho.
- C) corrupção ativa.
- D) tráfico de influência.
- E) corrupção passiva.

Questão 23

Com relação aos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, o ato de retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, constitui o tipo penal denominado:

- A) condescendência criminosa.
- B) advocacia administrativa.
- C) prevaricação.
- D) desobediência.
- E) exercício arbitrário das próprias razões.

Questão 24

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos o(a):

- A) erradicação da pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- B) construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- C) pluralismo político.
- D) desenvolvimento nacional.
- E) promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Questão 25

De acordo com o art. 8º da Constituição Federal, é livre a associação profissional ou sindical. Nesse sentido, com relação aos aspectos relativos à liberdade de associação profissional ou sindical, analise as afirmativas apresentadas.

- I. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- II. É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- III. A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, II e III.
- B) II e III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II, apenas.
- E) I, apenas.

Legislação: Constituição do Estado de Mato Grosso, Leis Complementares Estaduais e suas atualizações

Questão 26

Este Poder é o responsável pelas alterações no texto constitucional segundo as regras instituídas pelo Poder Constituinte Originário. Caracteriza-se por ser instituído, jurídico, limitado e condicionado pelo direito. A Constituição de 1988 estabeleceu a possibilidade de sua manifestação por meio de reforma (CF, art. 60) ou de revisão constitucional (ADCT, art. 3º). Tal conceito diz respeito ao Poder Constituinte:

- A) Decorrente.
- B) Incondicionado.
- C) Derivado.
- D) Originário.
- E) Inicial.

Questão 27

De acordo com o art. 5º da Carta Magna, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- A) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, mesmo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- B) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado.
- C) é livre a manifestação do pensamento, inclusive sob o anonimato.
- D) é plena a liberdade de associação de caráter paramilitar para fins lícitos.
- E) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Questão 28

Acerca da Constituição do Estado do Mato Grosso, assinale a assertiva correta.

- A) No exercício de sua autonomia, o Estado editará normas supralegais, leis, expedirá atos e adotará medidas pertinentes aos seus interesses, às necessidades da Administração e ao bem-estar da população.
- B) As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma de resolução, as decorrentes de obras da União, são bens do Estado do Mato Grosso.
- C) A organização político-administrativa do Estado compreende seus Municípios, dotados de autonomia e subdivididos em distritos criados por eles, observada a legislação federal.
- D) É mantida a integridade territorial do Estado, que somente será alterada mediante aprovação de sua população e por lei complementar federal.
- E) São símbolos estaduais a bandeira, o selo e o brasão de armas em uso na data da promulgação da Constituição, bem como o hino estabelecido em decreto estadual.

Questão 29

O inquérito policial, procedimento administrativo preliminar conduzido pelo Delegado de Polícia, possui as seguintes características:

- A) indispensabilidade, oficialidade e sigiloso.
- B) oficiosidade, disponibilidade e inquisitivo.
- C) discricionariedade, oficialidade e publicidade.
- D) dispensabilidade, indiscricionariedade e escrito.
- E) autoritariedade, inquisitivo e indisponibilidade.

Questão 30

No que tange ao instituto da prisão em flagrante, nos moldes do Código de Processo Penal, pode-se afirmar que:

- A) em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
- B) qualquer do povo deverá, bem como as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- C) a falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante.
- D) nas infrações temporárias, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
- E) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados em até 24 (vinte e quatro) horas ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

Questão 31

A doutrina pátria dominante, no estudo do ato de improbidade administrativa, entende que sua natureza jurídica é:

- A) política.
- B) cível.
- C) extrapenal.
- D) penal.
- E) administrativa.

Questão 32

O funcionário público que patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, valendo-se desta sua qualidade, incorre na prática do crime de:

- A) condescendência criminosa.
- B) corrupção ativa.
- C) advocacia administrativa.
- D) corrupção passiva.
- E) peculato.

Questão 33

Os procedimentos previstos na Lei nº 12.527/2011, a qual regula o Acesso a Informações, destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da Administração Pública e com as seguintes diretrizes:

- A) desenvolvimento do controle social da Administração Pública.
- B) utilização de meios de comunicação complexos e modernos pela tecnologia da informação.
- C) divulgação de informações de interesse público, quando houver presença de solicitações.
- D) observância do sigilo como preceito geral.
- E) proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade.

Questão 34

Quando outros não estiverem previstos na Lei nº 7.692/2002, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, ou em disposições especiais, serão obedecidos os seguintes prazos máximos nos procedimentos administrativos para:

- A) decisões no curso do procedimento: 15 (quinze) dias.
- B) elaboração e apresentação de informes sem caráter técnico ou jurídico: 05 (cinco) dias.
- C) autuação, juntada aos autos, publicação e outras providências de mero expediente: 03 (três) dias.
- D) expedição de intimação pessoal: 10 (dez) dias.
- E) manifestações do particular ou providências a seu cargo: 02 (dois) dias.

Questão 35

Acerca das penalidades previstas na Lei Complementar nº 207/2004, que institui o Código Disciplinar do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, pode-se afirmar que:

- A) quando do julgamento pela autoridade competente, em havendo conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 30% (trinta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
- B) entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por 90 (noventa) dias, intercaladamente, durante o período de 12 (doze) meses.
- C) a destituição de cargo em comissão, exercido por não ocupante de cargo efetivo, será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão de 31 (trinta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão.
- D) será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a suspensão.
- E) a suspensão terá o seu início de imediato ou em até 01 (um) mês da ciência do servidor, de acordo com a conveniência da Administração.

ÁREA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

Questão 36

Estatui o artigo 5º, XII, da CRFB/88: “é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) A administração penitenciária, com fundamento em razões de segurança pública, de disciplina prisional ou de preservação da ordem jurídica, pode, sempre excepcionalmente, e desde que respeitados os direitos previstos na Lei de Execuções Penais, proceder à interceptação das correspondências remetidas pelos sentenciados.
- B) A gravação ambiental de conversa entre presos durante o banho de sol viola o sigilo das comunicações telefônicas.
- C) A apreensão de computador para a extração de dados gravados no *hard disk* viola a norma prevista no artigo 5.º, XII, da CRFB/88.
- D) A utilização em processo judicial de gravação telefônica realizada por terceiro, sem autorização judicial, permitida tão somente pela vítima de extorsão praticada por detento mediante contato telefônico, é ilícita.
- E) O direito ao sigilo da correspondência é absoluto, razão pela qual o Poder Público não pode quebrar o sigilo da correspondência postal.

Questão 37

Acerca do processo legislativo, é correto afirmar:

- A) A medida provisória é espécie normativa pela qual o Congresso Nacional elabora atos que dispensam a sanção presidencial.
- B) É vedada pela CRFB/88 a edição de medida provisória pelos Estados sobre qualquer assunto.
- C) São pressupostos formais da medida provisória a urgência e a relevância da matéria sobre a qual versa, requisitos comuns às medidas cautelares em geral.
- D) À exceção das cláusulas pétreas, qualquer outro assunto pode ser tratado por meio de medida provisória.
- E) O Poder Judiciário não pode controlar os requisitos formais da medida provisória, mesmo em caso de abuso manifesto, sob pena de invadir o caráter discricionário da avaliação política do ato normativo.

Questão 38

Ao Ruy Barbosa, um dos maiores constitucionalistas brasileiros, é atribuída a autoria das seguintes frases:

1) “A acusação é sempre um infortúnio enquanto não verificada pela prova.”; e 2) “A justiça atrasada não é justiça; senão injustiça qualificada e manifesta.”

Assinale a alternativa que contém os princípios encapados pela Constituição da República de 1988 e que são retratados nas lições supracitadas.

- A) Razoabilidade e Inadmissibilidade da prova ilícita
- B) Duplo grau de jurisdição e Razoabilidade
- C) Juiz natural e Individualização da pena
- D) Presunção de não culpabilidade e Duração razoável do processo
- E) Contraditório e Legalidade

Questão 39

Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- A) O veto oposto pelo Executivo a projeto de lei, com fundamento em inconstitucionalidade da proposição legislativa, configura típico exemplo de controle de legalidade misto.
- B) A lei editada em compatibilidade com a ordem constitucional não pode, tornar-se como ela incompatível em virtude de mudanças ocorridas na interpretação constitucional.
- C) Os vícios materiais dizem respeito ao próprio conteúdo ou ao aspecto substantivo do ato, originando-se de um conflito com regras ou princípios estabelecidos na Constituição.
- D) O controle repressivo efetiva-se antes do aperfeiçoamento do ato normativo, a exemplo das atividades de controle dos projetos e proposições exercidas pelas Comissões de Constituição e Justiça das Casas do Congresso Nacional.
- E) O controle de constitucionalidade concentrado defere a qualquer órgão do Poder Judiciário incumbido de aplicar a lei a um caso concreto o poder-dever de afastar a sua aplicação se a considerar incompatível com a ordem constitucional.

Questão 40

Com relação às funções essenciais à justiça, assinale a alternativa correta.

- A) Os princípios institucionais do Ministério Público são a unidade, a divisibilidade e a independência funcional.
- B) A Constituição assegura independência funcional ao advogado público, bem como a garantia da inamovibilidade.
- C) A falta de defesa técnica por advogado em processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
- D) A Constituição Estadual pode permitir a contratação temporária de advogados para o desempenho de funções de Defensor Público.
- E) Os membros do Ministério Público Estadual não são julgados pelo Tribunal do Júri por suposto cometimento de crime doloso contra a vida, pois têm foro especial por prerrogativa de função.

Direito Administrativo**Questão 41**

Há uma rescisão de um contrato cuja execução já tenha se iniciado. Para que não se tenha prejuízo para a continuidade do serviço público, autoriza-se a contratação direta para que o competidor que tenha ficado na ordem de classificação imediatamente atrás do vencedor tenha a oportunidade de assumir a obra, o serviço ou o fornecimento. Destaque-se que não importa o motivo da rescisão contratual, podendo ser ela consensual, litigiosa, por culpa da Administração ou do contratado. Em matéria de licitação, é correto afirmar que se trata hipótese de:

- A) licitação dispensável.
- B) licitação dispensada.
- C) vedação de licitação.
- D) exigibilidade de licitação.
- E) licitação frustrada ou fracassada.

Questão 42

Um aglomerado de pessoas, em uma segunda-feira, bem cedo, ao dirigir-se para seu local de trabalho, depara-se, em plena via pública, com uma pessoa louca, totalmente despida que, a princípio, encontrava-se perambulando na via pública e, num súbito relâmpago, dirigiu-se, de forma agressiva, ao grupo de pessoas. Sem expressa autorização legal, a Administração Pública interna compulsoriamente essa pessoa. Considerando a situação hipoteticamente narrada, assinale o atributo do poder de polícia pertinente ao caso.

- A) Inalienabilidade
- B) Exigibilidade
- C) Discricionariedade
- D) Executoriedade
- E) Dispensabilidade

Questão 43

Os atos que dependem da verificação do mesmo órgão para tornar-se exequível, tais como, aprovação, parecer, homologação, configura a hipótese de um ato administrativo:

- A) bilateral.
- B) multilateral.
- C) simples.
- D) composto.
- E) complexo.

Questão 44

Considere a seguinte situação hipotética. Determinada cidade, marcada por grave poluição visual, principalmente pelo excessivo número de outdoors e placas de estabelecimentos comerciais. Esses elementos visuais eram permitidos pela legislação. Todavia, mais tarde, foi editada uma lei, a denominada Lei Cidade Limpa, proibindo a existência de outdoors na cidade. Com a entrada em vigor dessa lei, todas as licenças que os interessados possuíam restaram extintas. O desfazimento do ato ocorreu por:

- A) revogação.
- B) extinção subjetiva.
- C) caducidade.
- D) cassação.
- E) renúncia.

Questão 45

Determinado município abre licitação, cuja execução exige a compra de remédios. Ocorre que, após a assinatura do contrato, o licitante-vencedor é surpreendido pela majoração de tributos incidentes sobre determinada matéria-prima essencial à execução do contrato, determinada pela União. A situação retratada exemplifica uma hipótese de:

- A) fato do príncipe.
- B) caso de anulação do contrato.
- C) fato da administração.
- D) caso fortuito.
- E) teoria da imprevisão.

Direito Penal e Processual Penal

Questão 46

O chamado sistema penal garantista é marcado por 10 axiomas fundamentais. Assinale a alternativa que indica princípios pertinentes ao indigitado sistema.

- A) Lesividade, intervenção mínima e eficiência.
- B) Colegialidade, indelegabilidade e intervenção máxima.
- C) Segurança jurídica, defesa social e ofensividade.
- D) Legalidade, lesividade e economia do direito penal (necessidade).
- E) Legalidade, fraternidade e obrigatoriedade.

Questão 47

Sobre remição, leia as afirmativas.

- I. A possibilidade de remição de dias de pena por meio da leitura se trata de *analogia in bonam partem* da remição por estudo, expressamente prevista no art. 126 da Lei de Execuções Penais
- II. O fato de o estabelecimento penal assegurar acesso a atividades laborais e à educação formal, não impede que se obtenha também a remição pela leitura, que é atividade complementar, mas não subsidiária, podendo ocorrer concomitantemente, havendo compatibilidade de horários.
- III. A remição não ocorre na razão dos dias efetivamente trabalhados - e sim das horas laboradas -, sendo que a contagem de tempo deverá ser efetuada conforme o binômio 1 dia de pena/3 dias trabalhados.
- IV. Com efeito, muito embora a remição da pena pelo trabalho seja um direito do condenado, é necessário que sejam observados os parâmetros ditados pela norma, que são 24 horas trabalhadas, com a remição de 1 dia a cada 3 de trabalho.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) III e IV.
- D) I e III.
- E) II e III.

Questão 48

A fórmula objeto de Dürig e a teoria dos cinco componentes fornecem relevantes contribuições para a concordância prática do princípio da dignidade humana. Esta representa importante referencial axiológico para o processo penal brasileiro, destacadamente em relação ao tema das provas no processo penal. À luz de tais premissas, é correto afirmar que:

- A) a partir do princípio da verdade real é possível a utilização de técnicas de hipnose para a tomada de depoimentos em juízo.
- B) a dignidade humana, a partir da raiz Kantiana, proscree qualquer atividade processual que represente a coisificação do acusado.
- C) a extração coercitiva de sangue para comparação de DNA não viola a dignidade humana, tampouco o *Nemo tenetur se detegere* (direito de não produzir prova contra si mesmo), diante da necessidade de se buscar a verdade real.
- D) a prisão preventiva pode ser decretada com o fim de se obter, a partir dela, a delação premiada.
- E) a condenação à pena privativa de liberdade impõe também algumas restrições à dignidade humana, não podendo ser invocada para a proteção dos reclusos.

Questão 49

Sobre o tema prisão cautelar, o art. 387 do CPP dispõe:

O juiz, ao proferir sentença condenatória:

§ 1º. O juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta. § 2º. O tempo de prisão provisória, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil ou no estrangeiro, será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade.

Tal comando é chamado por parte da doutrina de progressão cautelar do regime. A partir de tais premissas, assinale a alternativa correta.

- A) O tempo de prisão será considerado pelo juiz da fase de conhecimento para a fixação de regime quando corresponder a 1/6 da pena aplicada, ou outra fração legalmente exigida para a progressão de regime, sendo, indiferente o tempo de cumprimento que não corresponda ao requisito objetivo para a progressão de regime, caso em que o tempo de prisão preventiva será aferido pelo juiz da execução.
- B) Não cabe *habeas corpus* para impugnar a decisão do juiz que desconsidera, ao prolatar a sentença, o fato do réu, condenado por roubo, estar preso preventivamente há mais de um 1/6 da pena aplicada, mesmo implicando tal fato na manutenção do réu em regime mais gravoso.
- C) O tempo de prisão será considerado pelo juiz da fase de conhecimento para a fixação de regime mesmo quando não corresponder a 1/6 da pena aplicada, ou outra fração legalmente exigida para a progressão de regime.
- D) O Juiz da fase de conhecimento tem a faculdade de considerar o tempo de prisão na fixação do regime, não se trata de obrigação do magistrado.
- E) Apesar da presunção de inocência, o juiz da fase de conhecimento só pode considerar o tempo de prisão preventiva para a fixação do regime, se o acusado provar o preenchimento dos requisitos subjetivos exigidos para a progressão de regime.

Questão 50

Sobre princípios do processo penal assinale a alternativa correta.

- A) O princípio da verdade real é inquestionável perante a doutrina processual penal.
- B) O princípio do juiz natural possui uma dupla dimensão substancial e uma dimensão formal, consistente na identidade física do juiz.
- C) À luz da jurisprudência fixada em repercussão geral, apesar da presunção de inocência, é possível executar provisoriamente a pena após a condenação em segundo grau de jurisdição.
- D) O *Nemo tenetur se detegere* é interpretado pela jurisprudência constitucional como um princípio que garante ao preso ou acusado, exclusivamente, o direito ao silêncio.
- E) O princípio da duração razoável do processo é uma norma programática e não tem aplicação imediata.

Direitos Humanos**Questão 51**

Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos assegurados pela Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que com autorização e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- B) É livre a manifestação do pensamento, não se admitindo o anonimato.
- C) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais não têm aplicação imediata, devendo ser regulamentadas por lei complementar.
- D) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente das qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- E) A expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação é livre, estando contudo sujeita à censura ou licença.

Questão 52

Considerando o quanto disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que:

- A) não será feita qualquer distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, desde que tal território não esteja sujeito a qualquer tipo de limitação de soberania.
- B) a liberdade de opinião e de expressão não inclui a liberdade de transmitir informações por qualquer meio e independente de fronteiras.
- C) toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas não remuneradas.
- D) toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
- E) toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países com os quais existe tratado de reciprocidade.

Questão 53

Sobre o procedimento de internalização dos tratados internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro pode-se afirmar que:

- A) na hipótese de conflitar com normas constitucionais, prevalecerá o tratado internacional.
- B) a promulgação dos tratados internacionais não tem o condão de revogar todas as normas anteriores contrárias ao seu conteúdo.
- C) os tratados não podem ser revogados por leis posteriores quando da existência de um conflito entre normas.
- D) uma vez internalizados, os tratados têm valor infraconstitucional, mas supralegislativo.
- E) os tratados não têm aplicação imediata após sua ratificação pelo poder executivo.

Questão 54

A vedação a que as pessoas humanas possam abrir mão dos direitos inerentes à sua condição existencial está associada a qual das características fundamentais dos direitos humanos?

- A) Irrenunciabilidade
- B) Soberania estatal
- C) Perversidade
- D) Alienabilidade
- E) Prescritibilidade

Questão 55

Com relação à liberdade religiosa e o quanto é estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- A) É assegurada a liberdade de ensino da crença religiosa somente de forma coletiva.
- B) A liberdade de manifestação de religião ou crença deve se dar apenas em âmbito particular.
- C) O direito à liberdade de pensamento inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença.
- D) Os direitos e as liberdades estabelecidos na Declaração podem ser usufruídos por qualquer pessoa com a capacidade de obedecer aos preceitos de sua religião.
- E) Os homens e mulheres de maior idade têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família, observadas as restrições de suas religiões ou crenças.

Legislações Complementares

Questão 56

De acordo com a doutrina, a pena tem tríplice finalidade, sendo elas retributiva, preventiva (geral e especial) e reeducativa. Quanto à aplicação e finalidades das penas, pode-se afirmar que a(o):

- A) prevenção especial e o caráter retributivo atuam durante a imposição e execução da pena.
- B) LEP não se aplica às hipóteses de sentença absolutória imprópria (execução das medidas de segurança).
- C) caráter reeducativo da pena atua somente na fase de imposição.
- D) prevenção especial (visa à sociedade) atua antes mesmo da prática de qualquer infração penal.
- E) LEP será aplicada nos casos de medidas socioeducativas (resposta estatal aos atos infracionais), regradas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Questão 57

No que tange às faltas disciplinares previstas na Lei de Execução Penal, assinale a assertiva correta.

- A) Comete falta média o condenado à pena privativa de liberdade que fugir do estabelecimento prisional.
- B) A legislação local especificará as faltas leves, médias e graves, bem como as respectivas sanções.
- C) No Regime Disciplinar Diferenciado, o preso terá direito à saída da cela por 3 horas diárias para banho de sol.
- D) Comete falta grave o condenado à pena restritiva de direitos que provocar acidente de trabalho.
- E) Pune-se a tentativa com a sanção correspondente à falta consumada.

Questão 58

Com previsão no Regime Interno Padrão dos Estabelecimentos Prisionais de Mato Grosso, os atos de indisciplina, tipificados como faltas, serão passíveis das seguintes penalidades, dentre outras:

- A) isolamento em local adequado e multa.
- B) repreensão e extradição.
- C) suspensão ou restrição de regalias e prestação de serviços comunitários.
- D) inclusão no regime disciplinar diferenciado e multa.
- E) advertência verbal e repreensão.

Questão 59

A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características:

- A) duração máxima de cento e oitenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada.
- B) o preso terá direito à saída da cela por 3 horas diárias para banho de sol.
- C) recolhimento em cela composta por no máximo dois indivíduos.
- D) duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um quinto da pena aplicada.
- E) visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas.

Questão 60

Segundo o art.5º da Lei de Execução Penal, os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal, tratando-se, destarte, do princípio da:

- A) igualdade.
- B) legalidade.
- C) jurisdicionalidade.
- D) intransmissibilidade da pena.
- E) individualização da pena.

Motivado pela leitura dos textos seguintes, sem, contudo, copiá-los ou parafraseá-los, redija um TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO com, no mínimo, 20 e, no máximo, 25 linhas, em modalidade e limites solicitados, em norma padrão da língua portuguesa, atribuindo-lhe um título, sobre o tema: A PERSISTÊNCIA DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL.

Texto 1

Sejudh assina pacto nacional de combate ao trabalho escravo.

Luiza Fariello | Agência CNJ de Notícias
 Foi assinado nesta terça-feira (13/12/2016), após a 33ª Sessão Extraordinária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo no país entre quinze estados e o Distrito Federal com a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania. O acordo tem por objetivo promover a articulação entre os estados nas ações contra o trabalho escravo e aperfeiçoar as estratégias de enfrentamento a esse tipo de crime, definido no artigo 149 do Código Penal.

Disponível em: sejudh.mt.gov.br

Texto 2

O trabalho escravo no Brasil?

No Brasil, o trabalho escravo é definido pelo Artigo 149 do Código Penal da seguinte maneira:

Artigo 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena- reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º. Nas mesmas penas incorre quem:

- I. cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;
- II. mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º. A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

- I. contra a criança ou adolescente;
- II. por motivo de preconceito de raça, cor etnia, religião ou origem.

Disponível em: <http://escravonempensar.org.br>

Texto 3

RAIO-X
 QUEM É O TRABALHADOR
 ESCRAVO CONTEMPORÂNEO



Disponível em: <http://escravonempensar.org.br/>

